

A paisagem cultural da Capitania da Parahyba, Brasil, na ótica da iconografia do período colonial

Luciano Schaefer Pereira*

Universidade de Coimbra (Portugal)

Resumo: A paisagem natural de João Pessoa mistura praias paradisíacas, falésias, recifes, entre outros elementos naturais, sendo conhecido destino turístico balneário. Adicionado a isto, possui um Centro Histórico com edificações que datam dos primórdios da colonização, refletindo um período histórico concernente à ocupação dos portugueses. Assim, a natureza privilegiada, associada ao patrimônio cultural importante, resulta na apropriação deste ambiente costeiro, com a conseqüente evolução urbana que data do século XVI. O objetivo deste trabalho é apresentar a percepção que viajantes que estiveram na Capitania da Parahyba possuíam acerca do ambiente físico que foi primordial para a consolidação e expansão urbana da capital, resultando em sua paisagem cultural. Para isto, recorreu-se a uma farta documentação iconográfica elaborada durante no período, com o papel de instigar as comunidades atuais a uma redescoberta de sua identidade e raízes que estão vinculadas aos elementos físicos do espaço.

Palavras Chave: Paisagem cultural; Capitania da Parahyba; Período colonial; Iconografia; Geodiversidade.

The cultural landscape of the Parahyba Captaincy, Brazil, from the look of the colonial period iconography

Abstract: The natural landscape of João Pessoa mixes beautiful beaches, cliffs, reefs, and other natural elements, being a famous touristic destiny. Added to this, it has a historic center with oldest buildings in the country, reflecting a historical period concerning the occupation and conquest of the portuguese people. Thus, the privileged nature, associated with important cultural heritage, results in the appropriation of this coastal environment, with the consequent urban development dating from the XVI century. The objective of this paper is to present the perception that travelers who have been in the Captaincy of Parahyba had about the physical environment which was essential for the consolidation of capital and urban expansion resulting in its cultural landscape. For this, it was resorted to a rich iconographic documentation produced during the period, with the role of instigating the current communities to a rediscovery of their identity and roots that are linked to physical elements of space.

Keywords: Cultural landscape; Captaincy of Parahyba; Colonial period; Iconography; Geodiversity.

1. Introdução

A Paisagem Cultural consiste na importância do meio natural, na forma das grandes paisagens naturais, como as planícies fluviais, as montanhas, os desertos, as cavernas, o solo e clima favorável, enquanto elementos da geodiversidade, para o estabelecimento do ser humano em um determinado terreno. Considerando a paisagem como um componente cultural do território em que se misturam elementos naturais e antrópicos, a percepção de seu valor cultural pode ser identificada através de expressões artísticas específicas, como música, pintura, poesia, entre outros (Panizza; Piacente, 2008: 5).

Para a UNESCO, tais paisagens representam “o trabalho combinado do homem e da natureza”, segundo seu Art. 1º. Coelho (1992) conceituou, de maneira genérica, Patrimônio a partir desta mesma ótica integrada entre os bens, materiais e imateriais, produzidos pela sociedade e o papel da natureza como matéria prima para o homem ou pela sua beleza estética.

* E-mail: lschaefer2@gmail.com

Desta maneira, será atribuído um novo significado à paisagem, perpassando pelo estético- artístico ao funcional- econômico. É intencional, nesta fase, apresentar uma análise retrospectiva e comparativa da paisagem natural e da paisagem cultural, entrelaçando os supracitados elementos da geodiversidade às práticas culturais que forjaram a cidade e a identidade do povo que sobre ela se assentou. Mesmo que o legado deixado por estes cronistas não tenha como objeto principal os referidos elementos da geodiversidade, é indubitável que eles influenciaram seus temas e atmosferas.

A relação da Geografia aos estudos da paisagem datam do final do século XVIII, apresentando dois pontos de vista: uma visão naturalista, onde o ser humano situava-se à margem da descrição dos elementos físicos da paisagem e suas relações, tendo nos trabalhos pioneiros de Humboldt e Saussure sua base teórico-metodológica e; uma visão humanista, embasada nas pesquisas de La Blache, que enfatiza o elemento cultural da paisagem (Reynard, 2009: 24- 25), de onde descenderá o conceito de 'Patrimônio Cultural'.

Na paisagem encontramos as diversas modificações temporais que podem representar um lugar de pertencimento e de simbologia, tanto no tocante a algo estático como algo significativo em sentido de representação do ser no espaço. As categorias de espaço e tempo "são vistas como elementos singulares fundadores da identidade", onde o tempo faz parte de uma relação do passado com o presente, com as modificações existentes (GOMES, 2010: 62). O processo de transformação espacial apresenta resultados de forma diferenciada, pois cada momento é único.

Assim, é na paisagem que encontramos marcas deixadas ao longo do tempo, sendo essas marcas símbolos do vivido e construído pela sociedade. Na paisagem urbana, a arquitetura monumental e as paisagens históricas são exemplos de significados simbólicos, sendo esses patrimônios essenciais para a valorização do espaço, principalmente no que se refere a valorização por meio do turismo.

Portanto, considerando que o patrimônio construído possui um viés antrópico, é salutar que se faça uma correlação entre o patrimônio cultural e os elementos da geodiversidade. O próprio significado da palavra Paraíba (Para'íwa, de origem indígena tupi-guarani, onde *pa'ra*, "rio" e *iba*, "ruim, impraticável", segundo Lima, 2011) denota a importância dos recursos hídricos para as tribos indígenas residentes na região. Ademais, a escolha dos assentamentos urbanos primitivos levavam em consideração, principalmente, as geoformas do local, pensando-se em um sistema de defesa, edificações, agricultura, denotando que o relevo condiciona a instalação do aparato.

No caso da Capitania da Parahyba, desde os primórdios de sua fundação, inúmeros viajantes, cronistas, cosmógrafos, entre outros, de várias nacionalidades legaram ao mundo uma herança inestimável de informações, na forma de iconografias, como pinturas e mapas, que retratam o cotidiano dos moradores, a arquitetura das edificações e a paisagem natural circundante, em um momento histórico específico da referida capitania, e que será objeto de análise neste artigo, enfatizando os elementos da geodiversidade que tiveram um papel fundamental no assentamento humano e expansão urbana da atual cidade de João Pessoa, em especial a geomorfologia, os recursos hídricos, o solo e a geologia, analisadas na ótica da Paisagem Cultural.

Afinal, se a paisagem natural e suas geofeições tem servido de inspiração para a literatura e as artes desde os primórdios do período colonial, nos tempos atuais ela tem sido ferramenta, basicamente, de estudos científicos, o que tem restringido a possibilidade de atingir um público maior que não seja do meio acadêmico. Assim, busca-se, também, através desta análise de correlação do meio físico ao meio cultural, redescobrir-se um sentido de geoconsciência através do apelo estético que esta paisagem instiga e de sua importância para a sociedade primitiva.

2. Metodologia

Para chegarmos aos resultados propostos para esta pesquisa a partir de uma problemática levantada, obedecemos a uma série de critérios rigorosos de metodologia científica, visando o entendimento da realidade, seus problemas, especificidades, cujas conclusões propostas atuam, da mesma maneira, como sugestões. Esse estudo abordará aspectos de cunho quantitativo (Minayo, 2000, p. 22), classificada como uma pesquisa exploratória, cuja natureza de exploração permite classificá-la como um estudo de caso (Gil, 1991), através de um minuciosa pesquisa de produção bibliográfica acerca do valor cultural, econômico e funcional da geodiversidade, quando relacionada com a fixação e evolução urbana do município, sendo necessário recorrer a publicações de cronistas, viajantes e historiadores do período colonial, especialmente nos séculos XVI a XIX, na forma de diários de viagens, livros e a documentos históricos (provisões, alvarás e cartas régias) presentes em vários arquivos e bibliotecas do Brasil e Portugal. Para isto, em João Pessoa, foram feitas visitas ao Arquivo Eclesiástico da Diocese da Paraíba, Fundação Espaço Cultural/ Arquivo Público do Estado da Paraíba, Arquivo da Santa Casa da Misericórdia da Paraíba, Biblioteca do Instituto Paraibano de Educação, Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba, Centro Cultural de

São Francisco, Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, Núcleo de Informação e Documentação Histórica Regional da Universidade Federal da Paraíba e Oficina Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa. Em Recife, foram feitas pesquisas no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco e na Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. Em Portugal, visitou-se o Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), a Biblioteca Central da Universidade de Coimbra, Biblioteca Nacional de Lisboa e Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa). Boa parte do rico acervo da documentação histórica do Arquivo Nacional/ Torre do Tombo de Lisboa foi disponibilizado pela Universidade de Brasília (UNB), no site 'www.cmd.unb.br', pertencente ao Projeto Resgate, do Centro de Memória Digital. Convém salientar que a maioria da documentação histórica pesquisada nestes arquivos possui um caráter eminentemente administrativo, contendo pouquíssimas informações pertinentes à linha de investigação. Assim, foi necessária uma avaliação criteriosa desta documentação para que o modo de 'olhar' sobre a geodiversidade a partir dos viajantes que visitaram Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa, possa preencher esta lacuna e se torne concernente ao objetivo pretendido.

3. Aliando a Paisagem Cultural à história na Capitania da Parahyba

Originária da antiga Capitania de Itamaracá, nordeste brasileiro, a consolidação da Capitania da Parahyba coincide com o projeto de edificação da cidade de Nossa Senhora das Neves, primeiro nome da atual João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, no ano de 1585, a partir da necessidade de ocupação territorial na margem direita do baixo curso do Rio Paraíba, já a partir da década de 1530 e também a partir de inúmeras incursões realizadas pela administração colonial contra os potiguaras assentados na região que hoje corresponde à fronteira da Paraíba com o Rio Grande do Norte. A região ocupada desde 1534 foi palco de grande resistência indígena e incursões francesas. A morte inesperada dos dois primeiros donatários, somada às dificuldades de dominar nativos e invasores, tornaram difíceis a sua ocupação efetiva, o que só acontece quando João Tavares realiza um acordo com os Tabajaras, que aceitam o assentamento dos portugueses e se aliam a eles para combater outras tribos e os próprios franceses. Reafirma-se, aqui, que a localização geográfica da cidade foi de extrema importância (Pereira; Amaral, 2014).

Outrossim, a cidade tornar-se-á capital de uma capitania real, ou seja, subordinada diretamente ao Rei de Portugal e resultante de uma nova distribuição do território. Esta medida estava ligada à necessidade de preservar a posse da colônia, uma vez que seu litoral estava ameaçado. Decisão semelhante foi tomada em relação à Capitania de São Vicente que integrava as terras onde hoje se localiza o Rio de Janeiro, também ameaçada pela resistência indígena e incursões francesas.

A experiência de ocupação e exploração da cana-de-açúcar na Capitania de Pernambuco possibilitou a transferência dos métodos de produção, mas também da ocupação dos espaços, notadamente a partir de assentamentos que usavam como matéria prima a madeira (palçadas e casas) e as construções a partir do pau a pique, barro e madeira trançada. A primeira consideração que deve-se traçar é a posição geográfica da cidade. Dois aspectos devem ser levados em consideração neste ponto, em se tratando de um período histórico marcado pela colonização portuguesa: 1) a preocupação estratégica com a defesa do território; 2) A edificação da cidade se dá no período da União Ibérica, momento em que a cultura e a forma de administração espanhola influenciam as práticas portuguesas.

Estes dois fatores associados nos permitem compreender a escolha do lugar em que a cidade foi edificada e a forma de seu traçado urbano. Fatores como a ameaça da invasão francesa e a necessidade de resguardar-se dos aglomeramentos indígenas resistentes ao contato, marcaram o seu posicionamento. As cidades coloniais portuguesas reproduziam os moldes das edificações realizadas em Portugal desde o século XIII, o que significa dizer que tinham um traçado bipartido em cidade baixa e cidade alta, cuja divisão espelhava as atividades político-econômicas do período: a cidade baixa destinada às atividades comerciais e a cidade alta, destinada ao centro administrativo. O posicionamento geográfico, assim, foi resultado de um planejamento. Localizada na planície existente entre o Oceano Atlântico e o Rio Paraíba, situada às margens do rio Sanhauá, onde se dava o embarque dos produtos que deveriam integrar o mercado ultramarino, o que compreende a cidade baixa; o centro administrativo foi construído na elevação mais próxima do rio, de onde se tem plena vista (e, portanto, controle) dos arredores da cidade.

No alto da colina, recheada de frondosas árvores de Mata Atlântica, 18 Km adentro da foz do Rio Paraíba, iniciou-se a urbanização de Nossa Senhora das Neves, cuja rua precursora foi a ladeira de São Francisco, que ligava o forte, no Varadouro, à primeira igreja construída, a Matriz da Nossa Senhora das

Neves, na verdade uma capela. Transversal à ladeira, em frente à capela, casas de pedra e cal davam início à segunda rua, de nome Rua Nova, atual General Osório, todas elas tendo vista para o terraço fluvial do Rio Paraíba. Neste solo fértil, engenhos de cana-de-açúcar se espalharam, dinamizando a economia desta pequena cidade, que ao final do século XVI contava com não mais do que 1000 habitantes.

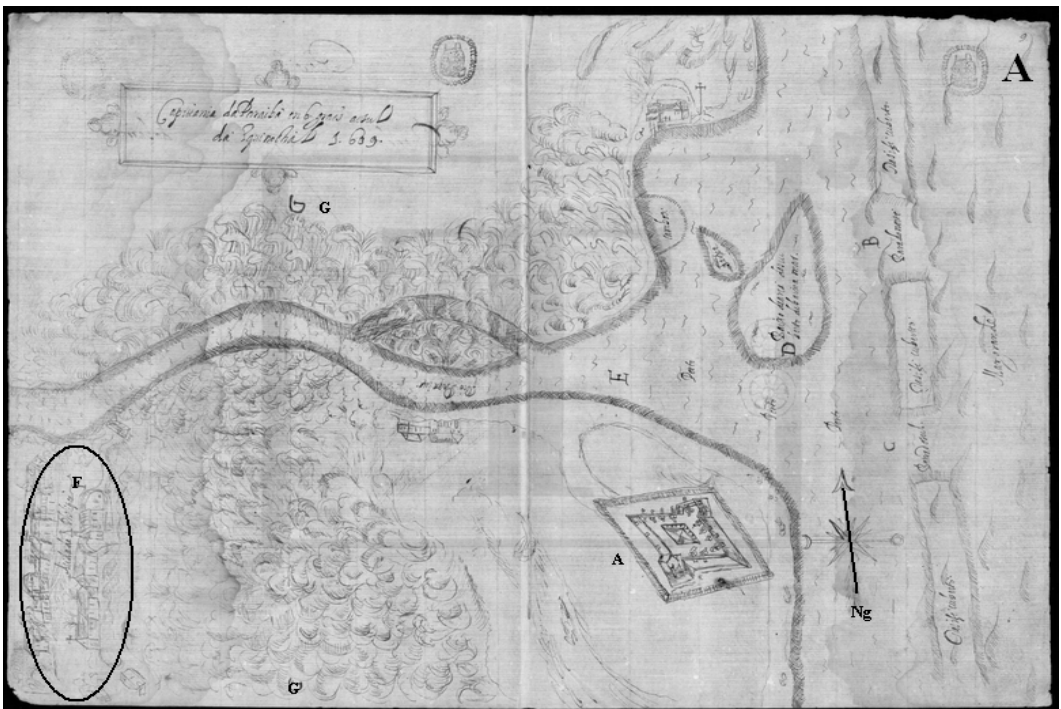
4. A iconografia e o reconhecimento da Paisagem Cultural de João Pessoa

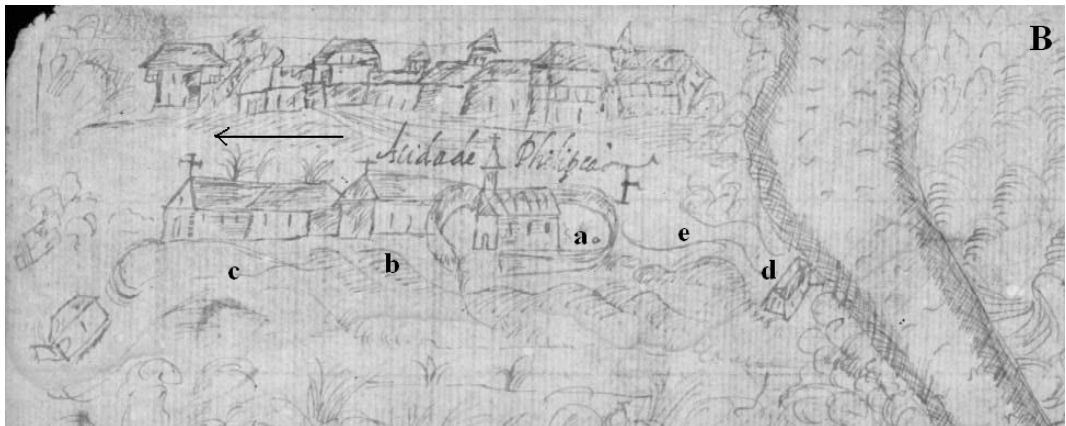
Uma das primeiras representações iconográficas da nascente cidade, no século XVII, foi retratado na planta intitulada ‘Capitania da Paraíba a 6 graos a sul da Equinothial 1609’, da autoria de Diogo de Campos Moreno, representado na figura 1, que acompanha o documento denominado “Relação das praças fortes e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil”. A então cidade de Filipeia, homenagem ao rei Filipe, da Espanha, num contexto de União Ibérica, é assim descrita pelo autor:

“Nessa povoação, a que chamam cidade, há três mosteiros, com seus frades, a saber, um de São Francisco, que bastava, mui bem acabado e capaz de muitos religiosos, um do Carmo, que se vai fazendo, e um de São Bento que se fabrica e uma Casa da Misericórdia mui bem lavrada e a Sé mais pobre que todas, porque não é particular (Ministério do Reino, Coleção de plantas, mapas e outros documentos iconográficos, doc. 68, Torre do Tombo, Referência PT/TT/MR/1/68).”

Com relação à iconografia, em (a), temos uma visão geral do curso inferior do Rio Paraíba e, em primeiro plano, à direita, o Forte de Cabedelo, resguardando a foz do rio e, à esquerda, circulado, a cidade de Filipeia N. S. das Neves, detalhada na figura (b). A legenda original da figura 1 (a) está representada na figura 2, com sua transcrição.

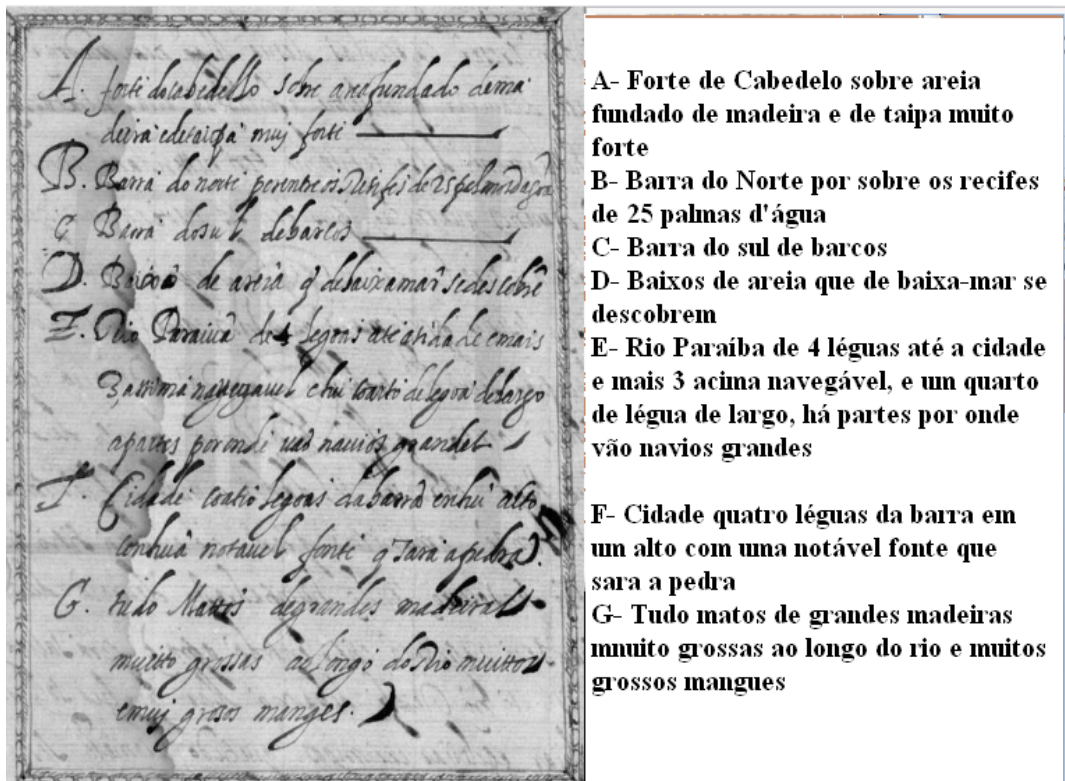
Figura 1: a) Desenho ‘Capitania da Paraíba em 6 graos a sul da Equinothial 1609’, mostrando a foz do Rio Paraíba, à direita, cercada de uma paliçada e, à esquerda, a mancha urbana da Filipeia N. S. das Neves (letra ‘f’). b) Detalhe da cidade e seu porto, sendo a- Convento de São Francisco, b- Mosteiro de N. S. do Carmo, c- Mosteiro de São Bento, d- Porto do Varadouro, com o armazém e e- ladeira de São Francisco, que liga a cidade alta à cidade baixa (Porto de Varadouro). A flecha representa a Rua Nova.





Fonte: Relação das praças fortes e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil, 1609 (extraído e modificado de Ministério do Reino, Coleção de plantas, mapas e outros documentos iconográficos, doc. 68, Torre do Tombo, referência PT-TT-MR-1-68_m0016).

Figura 2: Legenda original do mapa 'Capitania da Paraíba a 6 graus a sul da Equinothial 1609', de autoria de Diogo de Campos Moreno, à esquerda, e a transcrição de seus elementos, à direita.



- A-** Forte de Cabedelo sobre areia fundado de madeira e de taipa muito forte
- B-** Barra do Norte por sobre os recifes de 25 palmas d'água
- C-** Barra do sul de barcos
- D-** Baixos de areia que de baixa-mar se descobrem
- E-** Rio Paraíba de 4 léguas até a cidade e mais 3 acima navegável, e um quarto de légua de largo, há partes por onde vão navios grandes
- F-** Cidade quatro léguas da barra em um alto com uma notável fonte que sara a pedra
- G-** Tudo matos de grandes madeiras muito grossas ao longo do rio e muitos grossos mangues

Fonte: Ministério do Reino, Coleção de plantas, mapas e outros documentos iconográficos, doc. 68, Torre do Tombo, referência PT-TT-MR-1-68_m0014.

É interessante ressaltar, pela legenda, a referência, no ponto F, de dois elementos da geodiversidade: a topografia, associada à geomorfologia, e a presença de uma fonte de água doce que brota da rocha. Nesta época, o sítio urbano já estava claramente configurado em uma cidade alta e uma cidade baixa, reproduzindo os moldes das edificações realizadas em Portugal desde o século XIII, cuja divisão espelhava as atividades político-econômicas do período. Esta compartimentação estava relacionada com a topografia, sendo a cidade baixa, conhecida como Varadouro, a área da planície fluvial do Rio Sanhauá (ponto 'd' no mapa), afluente da margem direita do Rio Paraíba; a cidade alta incrustada nos baixos planaltos, ou tabuleiros, principal feição geomorfológica local. Mas também refletia uma clara segregação socioeconômica, que se perpetuou ao longo dos tempos, onde na porção inferior da cidade, no núcleo primitivo, formou-se o porto, o forte, o armazém e, posteriormente, as atividades comerciais, onde se dava o embarque dos produtos que deveriam integrar o mercado ultramarino. Na cidade alta se edificam os prédios religiosos (pontos 'a' ao 'c'), as primeiras residências, onde se traçaram as primeiras ruas e, mais adiante, os prédios administrativos (Vianna *et al.*, 2005: 16224- 16230; Teixeira e Valla, 1999: 215- 220), tendo na Rua Nova imóveis de homens de administração pública e proprietários rurais de alto poder aquisitivo, a exemplo de Duarte Gomes da Silveira¹.

Esta funcionalidade urbana, resultado, portanto, de um planejamento estatal, permanecerá intacta durante cerca de 400 anos. Apenas com a migração da população em direção ao litoral, em meados do século XX, esta estruturação irá sofrer modificações; afinal, a cidade é um resultado acumulativo de todas as transformações, estas construídas e reconstruídas, através do trabalho social no percorrer dos tempos (Spósito, 2000: 38), sendo o centro do poder religioso, político e econômico, onde as decisões seriam tomadas e influenciariam a vida de todos que morassem em sua zona de influência. A escolha deste sítio tem relação direta com a presença de fontes de água doce que brotavam em vários pontos do baixo planalto. Diogo de Campos, sobre isto, escreveu que havia uma fonte de água doce com qualidades medicinais, pois curava o 'mal das pedras'² (Livro, 1968, fl. 72).

A primeira consideração que devemos traçar visualizando esta representação iconográfica, portanto, é a posição geográfica da cidade. Dois aspectos devem ser levados em consideração neste ponto, em se tratando de um período histórico marcado pela colonização portuguesa: 1) a preocupação estratégica com a defesa do território, com a delimitação da posição dos fortes, quer ainda existentes ou não; 2) a edificação da cidade se dá no período da União Ibérica, momento em que a cultura e a forma de administração espanhola influenciam as práticas portuguesas. Estes dois fatores associados nos permitem compreender a escolha do lugar em que a cidade foi edificada e a forma de seu traçado urbano. Fatores como a ameaça da invasão francesa e a necessidade de resguardar-se dos aglomeramentos indígenas resistentes ao contato, marcaram o seu posicionamento (Pereira e Amaral, 2014: 245- 246). "O sítio natural, assim, articula-se intimamente com a evolução urbana e com o processo de produção e apropriação do espaço da cidade, constituindo tanto um dos elementos [geo]morfológicos básicos da cidade quanto participante da sua estruturação, influenciando na segregação e podendo destacar percursos" (Silveira, 2004: 86).

A gravura 'Paraíba ou Rio São Domingos', datado de 1626, está representada na figura 3. Esta gravura é uma das várias que ilustram o "Livro que dá Razão do Estado do Brasil", sendo Diogo de Campos Moreno o responsável pelo levantamento cartográfico feito em 1612, e João Teixeira Albernaz I (o Velho), pela produção cartográfica. Em (a), podemos ter uma visão completa do sítio em que a cidade foi edificada, marcada com um círculo, assim como o curso inferior do Rio Paraíba, os engenhos, suas ilhas, barra e o forte de Cabedelo. Pela legenda, representada na figura 4, os pontos 'a' e 'b' - barras formadas por um gigantesco banco de areia depositado no local são elementos costeiros descritos que servem para facilitar ou dificultar a passagem dos navios, conhecimento pertinente e relevante, face à política mercantil da época.

A figura 3 (b) detalha, mesmo com uma feição gráfica ingênua, a cidade de Filipeia, destacando alguns elementos de sua paisagem.

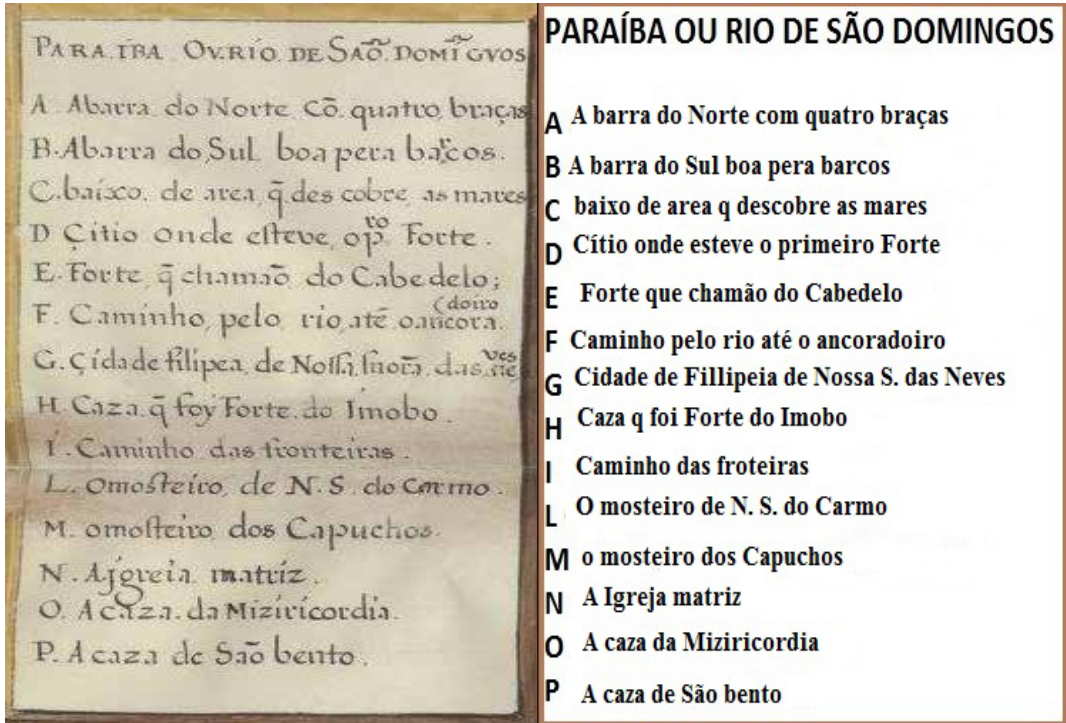
Figura 3: a) Cópia fotográfica do mapa intitulado ‘Paraíba ou Rio São Domingos’, com uma visão ampla da cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves, circutada, e do curso inferior do Rio Paraíba. b) Detalhe da área circutada, sendo G - Cidade de Filipeia de N. S. das Neves, L - Mosteiro de N. S. do Carmo, M - Convento de São Francisco, O - Santa casa da Misericórdia e P - Mosteiro de São Bento.



Fonte: Livro (1968, fl. 75).

Pelas características da área escolhidas para serem inseridas na legenda, transcrito na figura 4, podemos concluir que era interesse do autor a representação dos fortes e edificações da nascente cidade. São eles:

Figura 4: Legenda original, à esquerda, do Mapa ‘Rio Paraíba ou São Domingos’, de autoria de João Teixeira Albarnaz I e a transcrição, à direita, de seus elementos.



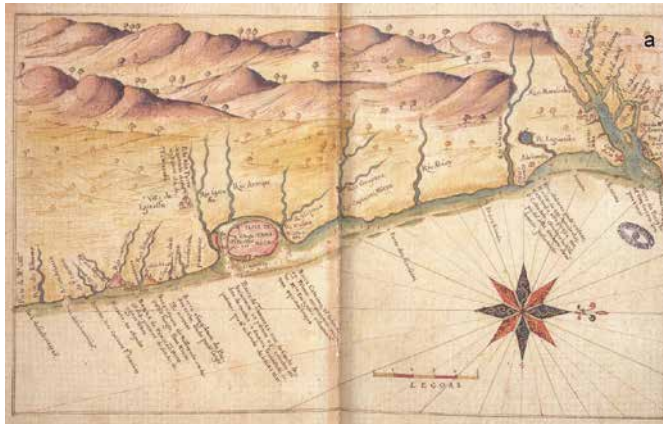
Fonte: Livro (1968, fl. 75).

A partir de uma visão da figura 3 (b), no alto da colina, frondosas árvores de Mata Atlântica foram mapeadas nos arredores da cidade, e no seu entorno os engenhos. A ladeira de São Francisco, primeiro caminho ligando a cidade baixa à cidade alta, sutilmente foi representada na porção inferior direita do mapa, um declive de cor mais escura, assim como o ancoradouro e o armazém, no Rio Sanhauá. O grau de detalhamento da representação mostra um traçado mais complexo das ruas, apesar de irregular, e com alguns erros de mapeamento. Menezes (1985) sugere que a suposta ausência de um levantamento planimétrico mais eficiente da cidade teria colaborado para isto. O Convento de São Francisco (ponto M), por exemplo, teria como eixo de ligação à Santa Casa (ponto O) a Rua Nova, o que não é fato. E a Rua Direita, nesta iconografia, não foi representada.

Araújo (2012: 173- 174) alerta para a importância desta planta no entendimento à geometria das formas que consolidaram o sítio urbano de Filipeia, em especial à configuração das redondezas do ancoradouro. O autor identifica dois pontais ou promontórios, no extremo direito da figura 3 (b), em cima e em baixo, que representariam os terraços estruturais modeladores das vertentes que correm para o oeste e são responsáveis, por exemplo, pelos afloramentos de águas subterrâneas nestas encostas.

O último importante registro iconográfico português da costa brasileira data de 1640, de autoria e com desenhos de João Teixeira Albarnaz. Representa um códice em papel contendo 31 cartas, sendo a primeira a orla costeira brasileira, e as restantes pontos detalhados da costa, incluindo a Parahyba (figura 5). No âmbito das comemorações dos 500 anos da viagem de Pedro Álvares Cabral e do início da pré-colonização, o Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, Lisboa (IAN/TT) divulgou a fonte histórica (Teixeira, 2000: 4- 5), disponibilizando a que o autor teve acesso da versão fac-similada e a cores.

Figura 5: a) Ilustração de João Teixeira Albernaz para a obra “Descrição de todo o marítimo da terra de Santa Cruz chamada vulgarmente, o Brazil”, mostrando a costa nordestina, do sul da cidade de Olinda, na Capitania de Pernambuco, a foz do Rio Paraíba. B) Detalhe das redondezas de Filipeia Nossa Senhora das Neves.



Fonte: Teixeira (2000, p. 68).

Diferentemente da obra de Diogo de Campos Moreno, também cartografada por Albernaz, o autor dá pouca ênfase à cidade de Filipeia, representada à montante da barra do Rio Paraíba. A presença de uma edificação no litoral denota a ocupação daquela região nesta época, representação que não se repetirá na iconografia do restante do século XVII. O apanhado dos elementos da costa comprova o interesse do autor em reconhecer o litoral, visando uma efetiva ocupação deste. Os pontos edificados eram minuciosamente descritos no texto, mas pobremente representados nas cartas. Cabos, ilhas, barras, rios, restingas, entre outros elementos, foram mapeados com precisão, e a ocupação humana e fortalezas eram representadas de maneira simplória através de algumas poucas edificações. Curiosamente, o Rio Jaguaribe tem sua porção inicial representada na forma de um corpo d'água circular, algo que está padronizado nas várias representações desta área feitas pelos holandeses, como veremos posteriormente, mas que nunca foram denominadas. Detalhes da costa acerca da calagem também aparecem, denotando a importância da possibilidade de atracagem e ocupação, assim como a superfície colinosa à medida que se afasta da linha de costa para o interior.

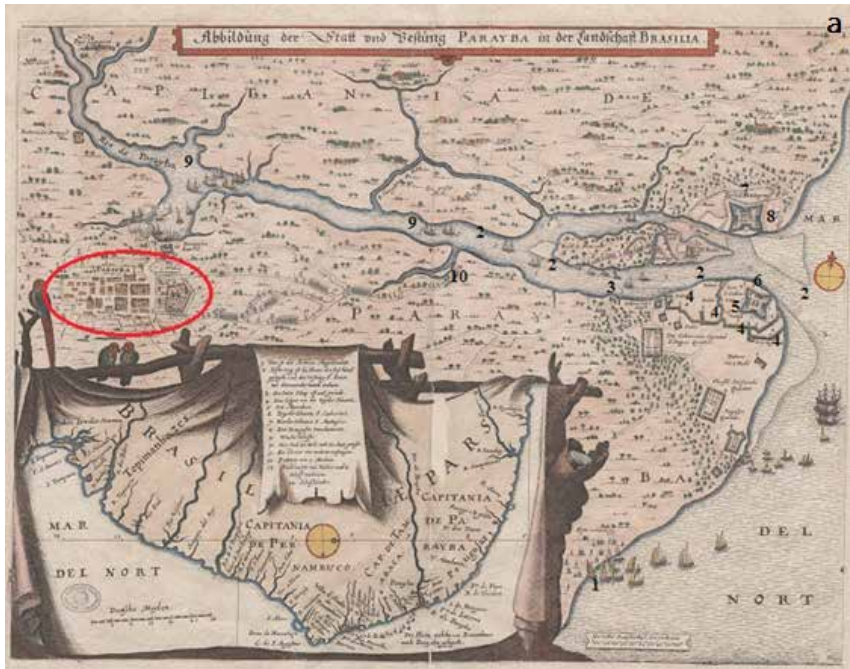
Durante a ocupação holandesa à Capitania da Paraíba (1634- 1654), um rico acervo iconográfico e cartográfico foi legado às gerações futuras. Inúmeras plantas e gravuras da cidade, agora renomeada Frederica, que retratam a sua ocupação, servem hoje para conhecermos este importante período da história da Capitania Real da Parahyba. É interessante analisarmos estas imagens sob uma perspectiva do momento histórico, pois seus elementos constitutivos, sejam pertencentes ao espaço geográfico (traçado das ruas, distribuição dos lotes de terras, estrutura física das edificações, praças, presença humana, entre outros), sejam da paisagem natural (mananciais de água doce, arborização viária, arborização periférica, linha de costa, relevo, entre outros) nos ajudam a compreender melhor a relação entre eles. Considerando que é pertinente entendermos a evolução urbana de João Pessoa, levando-se em consideração o patrimônio edificado e o geopatrimônio, que encontra-se embutido no primeiro, a leitura da paisagem, retratada na iconografia, acaba por ser apropriada como recurso metodológico, na medida em que as imagens, planos, pinturas, plantas e outras representatividades desvelam a realidade capturada.

Em 1634, a cidade de Frederica foi representada por Claes Jansz Visscher, cujo detalhe pode ser visto na figura 6 (a), representando parte do desenho denominado “*Afeelding der Stadt em Fortressen Van Parayba*”, ou simplesmente “Parayba”.

Num plano mais amplo, visualizado na figura 6 (a), esta estampa mostra os eventos decorrentes da chegada dos holandeses na região, trajetos e os elementos fortificados erguidos pelos portugueses para dificultar este avanço. A legenda da ilustração, na figura 7, ressalta estes elementos, como o local de desembarque das tropas, na praia, alguns quilômetros ao sul da barra do rio Paraíba; o avanço pelo Rio Paraíba e a tomada da fortaleza de São Bento, denominação dada para o fortim na ilha da Restinga; as várias trincheiras, ou ‘*aproches*’- fosso, encontrados no caminho, nas redondezas dos fortes, assim como os fortes, a exemplo de Cabedelo e Santo Antônio. Nas proximidades do forte de Santa Catarina, os holandeses ergueram uma verdadeira muralha fortificada, com baterias e quartéis, a exemplo do assinalado como o do “Governador Sigmundus von Schoppen”, assim como colocaram barcos vigiando o curso inferior do rio. Este mesmo governador teve sua embarcação encalhada em um baixo no Rio Paraíba, no canal sul da Ilha da Restinga. Esta característica morfológica do rio novamente será retratado em outras gravuras, a exemplo da obra ‘*Frederica Civitas*’, datada entre 1637- 1645, de autoria de Jan Van Brosterhuisen e ‘*Frederice Stadt*’, de Johannes Vingboons (1640), que serão descritas posteriormente.

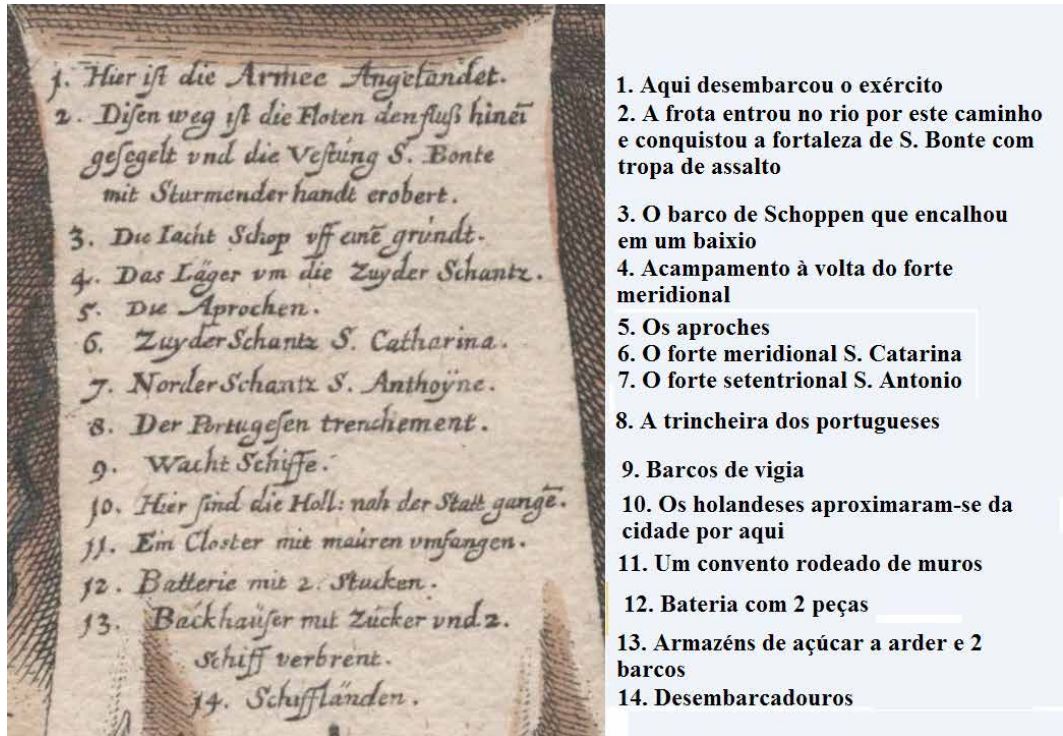
Pormenorizando a visão que o autor tem da cidade de Frederica, podemos notar na figura 6 (b) a regularidade do traçado das ruas, em xadrez, e algumas edificações mais proeminentes, além da delimitação de lotes de terras nos arredores da zona urbana. Em (b), podemos ver o detalhe do traçado urbano de Frederica, com sua bem marcada disposição de lotes e quadras, sendo enumerados alguns novos elementos da cidade, daqueles traduzidos na legenda original, entre eles a ladeira de São Francisco, principal elo de ligação entre a cidade baixa e a cidade alta, com uma fortificação no Varadouro. O Largo da Câmara, com o pelourinho, pode ser identificado, assim como as igrejas das principais ordens religiosas. A Igreja Matriz, com a posição frontal invertida, mostra-se superestimada, pois segundo relatos de Herckmans (1982), estava arruinada e em obras. O Convento de São Francisco, sede dos representantes da Companhia das Índias Ocidentais e seus soldados, aparece fortificado. A legenda original, em alemão, com sua tradução aparece na figura 7.

Figura 6: a) Obra ‘Parayba’, de Claes Visscher (1634), com o Forte do Varadouro às margens do Rio Sanhauá; b) detalhe da cidade de Frederica, com a enumeração de alguns elementos. Os números originais, que estão circulados, assim como os da figura 7 (a), foram traduzidos na próxima figura. Os demais: N° 1 - Igreja Matriz; 2 - Largo da Câmara (Rathaus) e o Pelourinho; 3 - Ladeira de São Francisco e; 4 - Santa Casa da Misericórdia. A linha tracejada representa a Rua Nova e a contínua, a Rua Direita. Nota-se a presença de uma terceira rua, não referenciada na bibliografia, paralela à Rua Direita. A cidade, a sul, termina de forma abrupta. .



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, documento AHU_CARTi_014,D.1642

Figura 7: Legenda original, à esquerda, do Mapa ‘Afeelding der Stadt em Fortressen Van Parayba’, de autoria de Claes Visscher e a transcrição, à direita, de seus elementos.



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, documento AHU_CARTi_014, D.1642.

Bem menos elaborado é o desenho “Abeeldinghe van Paraiba ende Forten” (figura 8), de autoria desconhecida, mas copiado por Vingboons e datado de 1634, que retrata Frederica com apenas duas ruas, no sentido norte-sul e algumas poucas quadras, sem o detalhamento das edificações. O Largo da Câmara, retratada na figura anterior, não aparece, enquanto, no ancoradouro, foram demarcados dois armazéns. A escala permite, também, a visualização da paisagem entre a cidade e o mar, com o rio Jaguaribe, sem continuidade, a leste da cidade, na forma de dois pequenos lagos (*koleks*), talvez por falta de visão do cartógrafo do todo, uma vez que a floresta tropical tomava conta de toda a paisagem (ARAÚJO, 2012: 176). O contexto militar permanece, com a imagem de soldados e navios de guerra, num primeiro plano e um forte na porção inferior direita da imagem. É pertinente ressaltar que a maioria dos caminhos que partem da cidade, principalmente em direção à costa, acaba por passar por rios e lagoas, denotando a importância da água para o consumo da população residente. E, do lado direito do muro do Convento de São Francisco, o autor delimita uma encosta relativamente íngreme, denotando a posição colínosa em que foi edificada a cidade alta, com vários morros arredondados em direção à praia- os tabuleiros, em relação à planície flúvio-marinha do Rio Paraíba, a noroeste e ao próprio litoral, aqui representado por uma extensa rede de dunas.

Figura 8: A cidade de Frederica representada após a invasão holandesa, em 1634. O pouco detalhamento permite enumerar em seis o número de quadras da cidade, cuja inúmeras estradas se enraízam periferia afora, em direção aos mananciais de água doce, incluído a Fonte de Tambiá, aqui denominado ‘fonteyn’, por trás do muro dos franciscanos. Visualizamos o Convento franciscano fortificado e, em direção à costa, duas grandes lagoas, provavelmente indicando o Rio Jaguaribe, aqui sem continuidade. Na confluência de algumas estradas, a leste da cidade, está delimitada a lagoa, atual Parque Solon de Lucena.



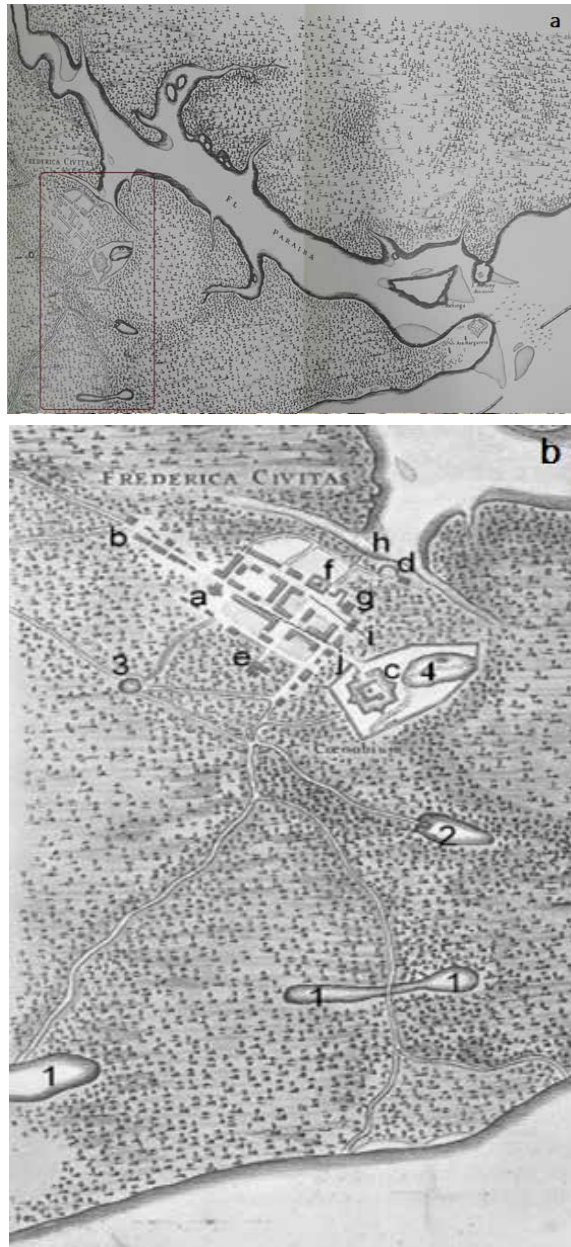
Fonte: Reis Filho (2000).

Dois importantes documentos sobre o Brasil, à luz do olhar holandês, são a obra “História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau etc., ora governador de Wesel, tenente-general de cavalaria das províncias-unidas sob o Príncipe de Orange”, de Gaspar Barleus e “Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil”, de Johannes Neuhoff. Trata-se de um minucioso relato da paisagem natural, dos moradores e seus costumes e relações sociais, assim como dados acerca dos engenhos e produção, intercalado a gravuras de praticamente toda a costa brasileira. A descrição dos hábitos dos moradores da capitania e monumentos urbanos de Frederica aparecem nestes relatos.

A figura 9 (a), denominada Frederica Civitas, datada entre 1637- 1645, de autoria de Jan Van Brosterhuisen, incluída como uma estampa na versão latina da obra de Barleus mostra, em um plano aéreo, todo o curso inferior do Rio Paraíba e a cidade de Frederica, à esquerda, na porção superior do retângulo. Pode-se visualizar o forte de Santo Antônio e o de Cabedelo, na desembocadura do rio, a ilha da Restinga, assim como os recifes que tangenciam a costa e os bancos de areia nas proximidades da foz, que formam as barras norte e sul, descritas anteriormente em outras obras.

Na figura 9 (b), a densa vegetação de mata atlântica que se espalhava por toda litoral está reduzido a manchas ao longo do traçado dos caminhos, denotando um desinteresse de representação por parte do cartógrafo. O sítio urbano aparece bem representado, com seus lotes, quadras, ruas e edificações, assim como os recursos hídricos nos arredores da cidade, atingidos por uma infinidade de caminhos. Destes mananciais, merecem destaque os quatro destacados no mapa (pontos ‘1’, ‘2’, ‘3’, e ‘4’).

Figura 9: a) Cópia fotográfica da imagem denominada Frederica Civitas, de Jan Von Brosterhuisen (1637-1645). b) Detalhe da área do mapa a, que se estende da cidade à praia, passando pelas fontes de água doce. Elementos: a - Santa Casa; b - Igreja de São Gonçalo; c - Convento de Santo Antônio; d- Porto do Varadouro, com o armazém e paço; e- Igreja do Carmo; f - Mosteiro de São Bento; g - Igreja Matriz; h - Ladeira de São Francisco; i - Rua Nova; j - Rua Direita; 1 - Lagoa dos Irerês, atual Parque Solon de Lucena; 2 - Fonte Tambiá; 3 - Pequenos lagos que formam o Rio Jaguaribe; 4 - Fonte de Santo Antônio, no Convento de Santo Antônio.

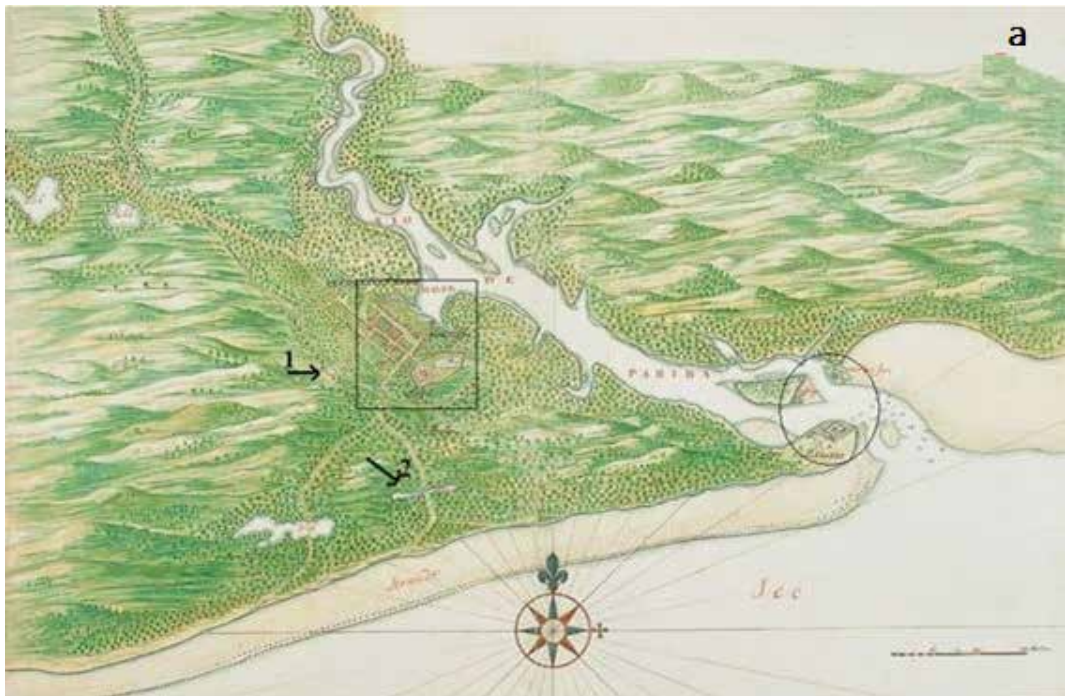


Fonte: Barleus (1940), Estampa 26

Em 1640, na obra intitulada 'Frederice Stadt', Johannes Vingboons cartografou parte da linha de costa da Paraíba até a barra do rio, e a cidade na porção central da planta, com um grau de detalhamento semelhante ao que Jan Van Brosterhuisen havia feito em sua obra 'Frederica Civitas'³. Na figura 10 (a), podemos notar as três fortificações na foz do rio (no círculo), Frederica (no quadrado), além de alguns elementos da hidrografia como, em 1, a lagoa (dolina), atual Parque Solon de Lucena e, em 2, o rio Jaguaribe representado sem continuidade, na forma de uma lagoa. O banco de areia, no canal direito da ilha da Restinga, retratado por Claes Jansz Visscher, em 1634, novamente aparece.

Na figura 10 (b), detalhando os arredores da cidade, podemos visualizar a regularidade do traçado urbano, identificando apenas a Rua Nova e Rua Direita, que se prolonga através de um caminho, cujo término é a Igreja de São Gonçalo, no limite sul da cidade. A presença de água doce em profusão, na forma de regatos, fontes e lagoas, foi fundamental para a posição do sítio urbano no local em que foi edificado. No interior do convento de São Francisco foi identificado um manancial de água doce, que abastecia os frades seráficos e parte da população⁴, enquanto caminhos ligam Frederica à dolina, identificado com o número 7 no mapa. Podemos identificar também que as quatro ordens religiosas (carmelitas, jesuítas, beneditinos e franciscanos) posicionaram seus prédios, no sítio urbano, formando uma cruz. Isto demonstrava seu poder como instituição no meio urbano. Como toda representação iconográfica da época, a cidade baixa aparece subestimada. Muito pouco sendo representada, exceto uma grande construção no Porto, provavelmente representando o armazém.

Figura 10: a) Vista aérea dos arredores da cidade de Frederica até a barra do rio Paraíba e parte da costa paraibana. Nº 1 - lagoa (atual Parque Solon de Lucena), 2 - Rio Jaguaribe; círculo: sistema defensivo em triângulo (Forte Margarida, de Santo Antônio e da Restinga); quadrado: cidade de Frederica. b) Detalhe dos arredores de Frederica (quadrado), enumerando alguns pontos referenciais da paisagem. Nº 1 - Porto de Varadouro e o armazém; 2- Igreja de São Gonçalo; 3 - Travessa do Carmo; 4 - Convento carmelita; 5 - Santa Casa; 6 - Convento de São Francisco e 7- Lagoa; a flecha indica um caminho, continuidade da Rua Direita, que levava à casa dos jesuítas e, provavelmente, à aldeia de Piragibe. Este mesmo caminho havia sido traçado, de maneira irregular, na figura 8.





Fonte: modificados de Reis Filho (2000).

Repare-se que, tanto na figura 8 quanto na 9 (b), o caminho de número 2 na figura 10 (a), que vai à praia, se bifurca ao passar por um dos ‘pequenos lagos’, que poderiam representar o Rio Jaguaribe. Araújo (2012: 177) sugere que, comparando a figura 9 (b) com imagens de satélite atuais, a ponta arenosa em destaque poderia ser o local onde atualmente estaria construído o Hotel Tambaú, entre as praias de Manaíra e Tambaú.

Sobre a geomorfologia da cidade alta, interpretada no mapa 10 (b), o autor sugere a presença

de uma depressão que entalha a superfície e forma, a montante, um grande anfiteatro da cabeceira de drenagem, limitado a leste pelo divisor de águas que sustenta a Rua Direita. A existência dessa depressão foi, possivelmente, na época da implantação da cidade, obstáculo para o prolongamento da Rua Nova mais para o sul. Observa-se no mapa que a partir do cruzamento da Rua Nova com a ladeira que vem do Porto do Capim, no sentido da Santa Casa da Misericórdia, a primeira tende a desaparecer, transformando-se em caminho, possivelmente uma via de acesso a essa depressão.

Esta depressão pode ser visualizada à direita da flecha 2, no mapa 10 (b).

Os passeios pelo estuário do Rio Paraíba ou pelo Rio Sanhauá fascinaram e inspiraram artistas a pintarem belíssimas obras que retrataram o cotidiano local e a relação dos moradores com o meio que os circunda. No primeiro caso, conforme a figura 10, a desembocadura do rio Paraíba foi retratado em Barleus (fig. 11a), de autoria de Frans Post, denominada *Ostium Fluminis Paraybae*, de 1647) e Neuhoff (fig. 11b), de autoria de Peter Van der Aa, denominada *Embouchure de la Riviere Parayba*,). Em ambas, podemos ver, em segundo plano, o forte de Margarida, nova denominação do Forte de Cabedelo durante o domínio holandês; em primeiro plano, uma bananeira, planta tropical que os holandeses desconheciam até então. O desenho retrata também os hábitos diários dos moradores da barra do rio, como o transporte manual de mercadorias, o trabalho escravo nos engenhos, vestimentas, o aporte de barcos, a pescaria, entre outros, mostrando o papel fundamental da natureza sobre o cotidiano destes moradores.

Figura 11. Gravuras retratando o cotidiano dos moradores na barra do Rio Paraíba retratado no livro de Gaspar Barleus (a) e Johannes Nieuhoff (b). Em ambos, visualizamos, em segundo plano, o forte de Cabedelo.



Fonte: a) Barleus (1640); b) Nieuhoff (1642).

No segundo caso, em outra gravura semelhante, representada pela figura 12, intitulada “*Parayba*”, agora na altura do Rio Sanhauá, de autoria de Frans Post (1647), pintor da comitiva de Nassau, e que ilustra o livro de Barleus como uma estampa na versão latina, pode-se identificar o Convento franciscano no morro, à esquerda, o armazém e fortaleza, no porto, e uma edificação de grande porte, no centro, que poderia ser identificada como a Santa Casa, todos circundados por uma densa área verde, que marca a paisagem. O brasão da Paraíba, na parte superior esquerda da gravura, foi idealizado por Nassau, sendo representado por seis pães de açúcar, de forma piramidal, dispostos em três fileiras formando um triângulo. Esta representação confirma a importância do açúcar paraibano para a economia colonial onde, mesmo que Pernambuco possuísse 120 engenhos contra 18 da Paraíba, o paraibano era de melhor qualidade (ALMEIDA, 1978: 218).

Figura 11. a) Vista da Frederica, em segundo plano, no alto do morro, a partir do Rio Sanhauá; b) Detalhe da cidade alta e baixa, onde A- Rio Paraíba; B - Cidade de Frederica; C - Convento de São Francisco; D - Armazém; E - Forte, e entre o Convento de São Francisco e o forte, a ladeira de São Francisco.

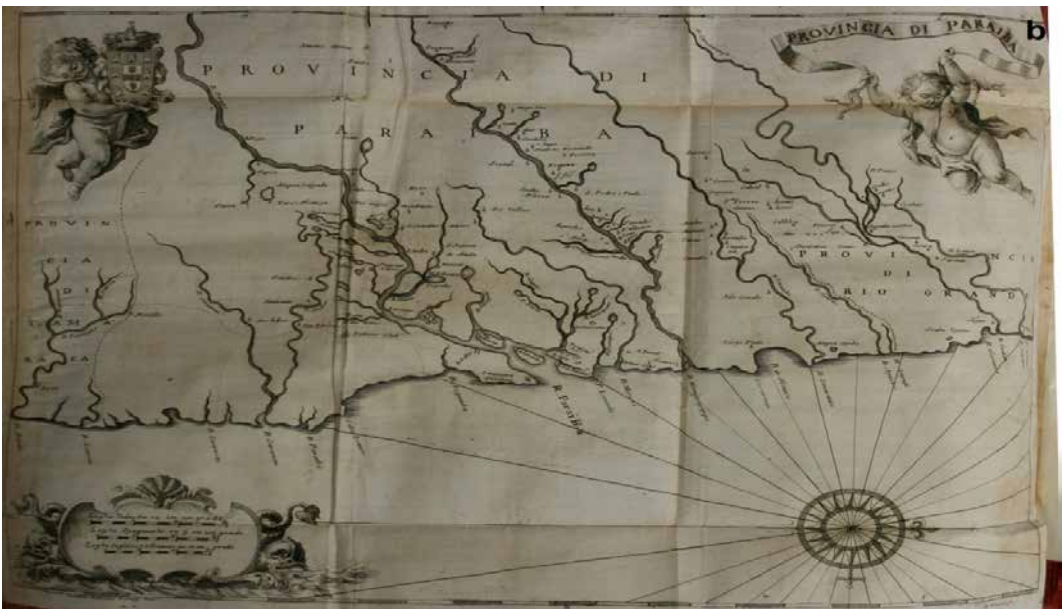
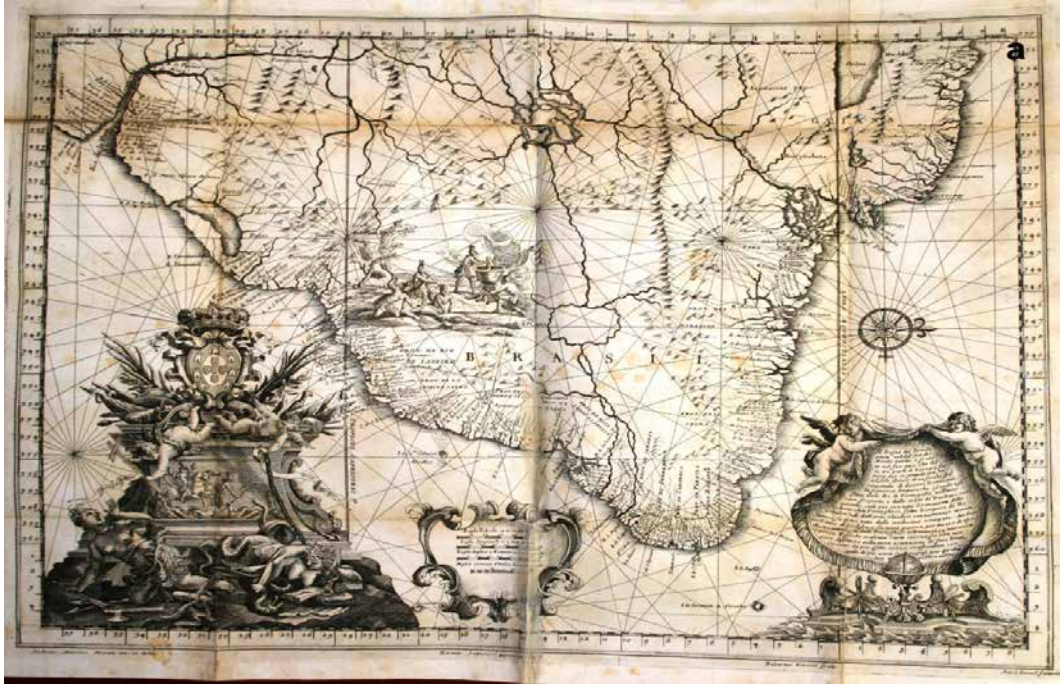


Fonte: a) Reis Filho (2000); b) Barleus (1940, estampa 27).

No apagar das luzes do século XVII, em 1698, o português João Noronha Freire, convertido carmelita, tornou-se João José de Santa Teresa, e editou na Itália uma obra referente à guerra entre Portugal e Espanha, denominada *Istoria delle guerre del regno del Brasile accadute tra la corona di Portogallo, e la Republica di Olanda*. Convidando vários desenhistas para ilustrá-la, cuja obra de Post tornou-se

referência (MICELI, 2011), a costa brasileira (figura 13a) e nordestina (figura 13b) foram representadas, destacando-se vários rios e seus afluentes, assim como os engenhos localizados ao longo dos principais rios.

Figura 13: a) Mapa da costa brasileira, cartografada para o livro de João José de Santa Teresa. b) Gravura intitulada Província di Paraíba, com sua costa, rios, afluentes e barras, além de engenhos ao longo dos principais rios.



Fonte: a) Santa Teresa (1698: 2-3); b) Santa Teresa (1698: 116- 117).

Belíssimo perfis foram traçados de várias cidades brasileiras, incluindo a cidade da Parahiba, como era denominada na época (figura 14). Comparada ao perfil de Post, a cidade mostra-se mais povoada e as edificações mais detalhadas, inclusive com a possibilidade, pela primeira vez, de se poder visualizar, com um certo nível de detalhamento, o Forte do Varadouro. Até então, sua representação era limitada a imagens aéreas, bastante superficiais, e neste trabalho vê-se uma construção amuralhada, com um edifício interno, vizinha ao chamado 'arsenal'. Nota-se que um caminho liga o forte à cidade alta. Nas representações anteriores, este caminho era a Ladeira do São Francisco, se estendendo até o Convento de São Francisco. Nesta ilustração, o convento está situado mais a sul, e nenhum caminho o liga ao forte, o que demonstra uma falta de cuidado na representações dos caminhos e ruas pertencentes à cidade da Parahiba.

Figura 14: a) Gravura da cidade da Parahiba vista a partir do Rio Parahiba; b) Detalhe da gravura anterior, onde A - Rio Paraíba, B - cidade da Parahiba, C - Convento dos Franciscanos, D - Fortaleza de pedra situada na costa do rio, E- Arsenal.



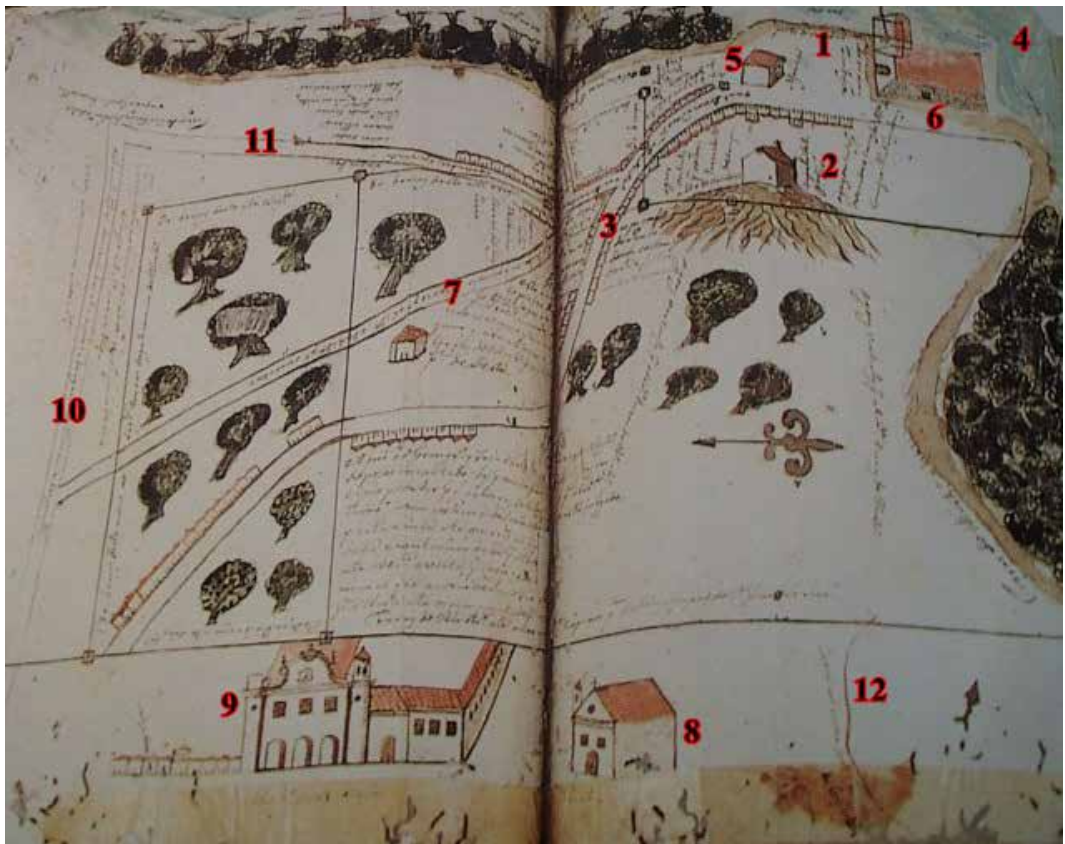
Fonte: Santa Teresa (1698: 78-79).

Após a ocupação holandesa, no final do século XVII, muito poucos documentos relatam sobre o crescimento demográfico da cidade da Paraíba ou sua expansão urbana. Um dos poucos documentos imagéticos refere-se a uma planta de parte da cidade da Parahiba, confeccionada pelo capitão-piloto Manoel Francisco Grangeiro, em 1692 (figura 15), que pode ser encontrada no Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento. Este mapa mostra, em um primeiro plano, a igreja Matriz e o Mosteiro de São Bento. A malha viária mostrava mais uma rua além das três já cartografadas até então: 'Estrada que vai das cacimbas até a porta da Igreja do

Rosário dos Pretos', posterior Ladeira dos Rosários. Se as denominações 'rua do Varadouro para as cacimbas e portinho' e 'rua do carro para a cidade', precursor da Rua da Areia, aparecem pela primeira vez em um registro iconográfico, sua representação já havia sido feita pelos holandeses (figura 10 b, por exemplo).

A obra de Grangeiro foi a primeira representação mais detalhada que se tem notícia da região do Varadouro. Ali, foi delimitada a alfândega, o armazém e o porto. E, entre a cidade alta e baixa, à direita da ladeira de São Francisco, a capela de S. Frei Pedro Gonçalves. A cidade era circundada por manguezais, na parte baixa, e algumas árvores nas ladeiras, mostrando um vazio demográfico entre as duas porções da cidade. A citação da presença de cacimbas mostra a importância, já referida, destes regatos para abastecer a crescente população da cidade da Parahiba. Muitas destes caminhos levavam dos principais pontos urbanos às bicas ou fontes. Podemos citar como representações, nesta planta, 'Águas vertente do Varadouro', 'Estrada que vai das cacimbas até a porta da Igreja Rosário dos Pretos' e 'Varadouro para as cacimbas e o portinho'. Nos primeiros séculos de povoamento, a população da cidade baixa tomava banho, aos domingos, nestas cacimbas (Rodríguez, 1962: 110).

Figura 15: Cópia fotográfica do mapa de Manoel Francisco Grangeiro (1692). As numerações correspondem a anotações presentes no mapa: 1 - Porto do Varadouro; 2 - Capela de S. Frei Pedro Gonçalves e Alto do Varadouro; 3 - Ladeira de São Francisco ou 'Rua do Varadouro para a cidade'; 4 - Porto do Varadouro, no Rio Sanhauá; 5 - Alfândega; 6 - Armazém ou Passo; 7 - Caminho do Carro para a Cidade; 8 - Igreja Matriz e 9 - Mosteiro de São Bento; 10 - Estrada que vai das cacimbas até a porta da Igreja do Rosário dos Pretos; 11- Varadouro e caminho para as cacimbas e o portinho; 12- Cerca ou muro do Convento de Santo Antônio.



Fonte: Livro do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba (1948)

5. Conclusões

O patrimônio natural envolve uma panóplia de ambientes, desde montanhosos a desérticos, das planícies às serras, entre outros. O leque torna-se mais complexo quando se inclui a paisagem que a envolve aos elementos culturais que a moldam, perfazendo a chamada 'Paisagem Cultural'.

Além do papel das geofomas, resultante do modelamento das rochas e de elementos nela embutidos, como fósseis e minerais, assim como o solo proveniente de sua fragmentação e os recursos hídricos, em reconstruir e explicar a evolução da crosta terrestre, local de interação das diversas esferas orgânicas em um sistema aberto com troca de energia e massa, há um eixo de ligação inerente ao processo de evolução de uma civilização, seja antiga ou moderna, que o entrelaça ao meio abiótico, conferindo à paisagem cultural, um grau de importância particular. A geodiversidade, também, apoia o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida, podendo ser inserido em atividades de recreação e turismo, na forma de seu geopatrimônio, propiciando esta conexão entre geologia, paisagem e as atividades de lazer.

O patrimônio natural da Capitania da Parahyba, entrelaçado ao patrimônio cultural que utilizou os aspectos físicos para sua consolidação, resultou em bens de inegável importância histórica, científica, pedagógica, turística, ecológica, entre outros valores, o que lhe imprime um caráter patrimonial. Assim, a natureza, associada ao patrimônio cultural, resulta na apropriação deste ambiente costeiro, urbano ou não, em práticas de lazer, de turismo, educacionais, desportivas, entre outras.

Todos estes exemplos servem para mostrar a um público mais amplo a conexão existente entre a dimensão cultural e os diversos elementos da geodiversidade através de diferentes formas de experiência pessoal em um determinado tempo histórico, transformando uma paisagem natural em uma paisagem cultural, refletindo no patrimônio cultural construído. Este valor patrimonial se justifica à medida que esta paisagem, de estética diversificada, impregnada de eventos históricos, assegura a identidade e significado das populações locais.

A influência criativa dos elementos da geodiversidade expressas através da literatura, poesia e artes demonstra o forte nível de engajamento cultural com a paisagem e a profunda conexão entre as pessoas e o mundo natural, servindo como um elo para que a comunidade atual conheça suas raízes culturais e contribuindo para uma diferente apreciação da paisagem que a circunda (Gordon, 2012, p. 74).

Assim, nesta pesquisa, o pensamento acerca da Paisagem Cultural esteve voltada à expansão de João Pessoa, enquanto meio urbano, desde seus primórdios e durante o período colonial, quando farta documentação iconográfica foi elaborada e, parte dela, apresentou relatos que incluía o meio físico e sua importância na consolidação do referido sítio. O objetivo primordial foi fazer uma avaliação integrada entre os diversos elementos da geodiversidade e o município de João Pessoa e arredores, através da análise de documentação produzida durante o período colonial, documentação esta na forma iconografias, visto que esta relação ainda apresenta-se praticamente sem pesquisas e divulgação, num diálogo interdisciplinar entre geodiversidade e cultura. Esta visão holística permitiu abrir um leque de novas discussões interdisciplinares ao possibilitarem experiências culturais distintas das tradicionais, ao redescobrirem suas raízes culturais, um sentido de lugar e reverência ao mundo natural, através do reconhecimento e celebração da criatividade referente ao patrimônio abiótico.

6. Agradecimentos

Este trabalho é resultado de uma bolsa de estudos de Doutorado Pleno em Geografia, na Universidade de Coimbra, financiada pela CAPES/ CSF (projeto nº 11988/13-4).

Bibliografia

- Almeida, Horácio
1978. *História da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, v. 1.
- Araújo, Magno Erasto
2012. Água e rocha na definição do sítio de Nossa Senhora das Neves, atual cidade de João Pessoa - Paraíba. Tese (Doutorado em Arquitetura), Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Barleus, Gaspar
1940. *História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Disponível: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1109/O%20Brasil%20holandes.pdf?sequence=1>, pertencente ao Senado brasileiro. Acesso em: 20 jun 2014.

- Coelho, Olinio
1992. *Do Patrimônio Cultural*. Editora Rio de Janeiro.
- Gil, Antonio Carlos
1991. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Gomes, Paulo César
2010. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. 3 ed., Rio de Janeiro: Bertrand.
- Gordon, John
2012. “Rediscovering a Sense of Wonder. Geoheritage, Geotourism and Cultural Landscape Experiences”. *Geoheritage*, 4: 65- 77.
- Herckmans, Elias
1982. *Descrição geral da capitania da Paraíba*. João Pessoa: A União Editora.
- Lima, Joana
2011. “Os topônimos dos estados nordestinos brasileiros”. Cong. Nac. Linguística e Filologia, 15, 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: CiFEFil.
- Livro do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba
1948. Recife: Imprensa Oficial, Livro 2: 4- 7.
- Livro que Dá Razão do Estado do Brasil (c. 1616).
1968. Ed. Comemorativa do V centenário de nascimento de Pedro Álvares Cabral. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro – MEC.
- Menezes, José
1985. *Algumas notas a respeito da evolução urbana de João Pessoa*. Recife: Pool.
- Miceli, Paulo
2011. “A Arte que sobrou da Guerra”. Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 1, *Anais...* Paraty. Extraído de https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/MICELI_PAULO.pdf. Acesso em 07 janeiro 2015.
- Minayo, Maria Cecília (Org.)
2000. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes.
- Moura Filha, Maria Berthilde
2004. De Filipéia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil- séculos XVI- XVIII. Tese (Doutoramento em História da Arte), Universidade do Porto, Porto.
- Nieuhof, Johaness
1942. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. São Paulo: Livraria Martins.
- Panizza, Mario e Piacente, Sílvia
2003. *Geomorfologia Culturale*. Pitagora Editrice, Bologna.
- Panizza, Mario e Piacente, Sílvia
2008. “Geomorphosites and geotourism”. *Rev. Geogr. Acadêmica*, 2 (1): 5-9.
- Pereira, Luciano e Amaral, Josali do.
2014. Geoturismo urbano: análise da tipologia geológica e cultural da capitania da Parahyba. *Cadernos de Estudo e Pesquisa em Turismo*, 3 (3): 239- 264.
- Reis Filho, Nestor
2000. Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial: recursos para a renovação do ensino de História e Geografia do Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 81 (198): 370- 380.
- Reynard, Emmanuel
2009. Geomorphosites and landscape. In: E. REYNARD; CORATZA, P; REGOLINI-BISSIG, G. (Eds). *Geomorphosites*. Verlag Dr. Friedrich Pfeil, München, p. 21- 34.
- Rodriguez, Wellington
1962. *Roteiro Sentimental de uma Cidade*. Editora Brasiliense.
- Santa Teresa, Padre João
1698. *Istoria délie Guerre Del Regno Del Brasile accadute tra la Corona di Portogallo e la Republica di Olanda*. Roma: Stamperia degl'Eredi Del Corbelletti.
- Silveira, José Augusto
2004. Percursos e Processo de Evolução Urbana: O Caso da Avenida Epitácio Pessoa na Cidade de João Pessoa-PB. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano), Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Spósito, Maria Encarnação
2000. *Capitalismo e Urbanização*. São Paulo: Editora Contexto.

Teixeira, João

2000. Descrição de todo o marítimo da terra de Santa Cruz chamado vulgarmente, o Brazil. Feito por João Teixeira cosmographo de Sua Magestade. Anno de 1640. Edição fac-similada de Lisboa: I.A.N./T.T.- ANA.

Teixeira, Manuel e Valla, Magarida

1999. *O Urbanismo Português: séculos XIII- XVIII*, Portugal- Brasil. Lisboa: Livros Horizonte.

Vianna, Ana Carolina; Sales, Andrea; Maia, Doralice; Andrade, Rita de Cássia

2005. A Cidade Alta e a Cidade Baixa: duas unidades de uma mesma cidade, João Pessoa- PB. Encontro de Geógrafos da América Latina, 10, 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo; AGB, p. 16224- 16235.

Documentos históricos

Arquivo Histórico Ultramarino, referência AHU_CARTi_014,D.1642.

Ministério do Reino, Coleção de plantas, mapas e outros documentos iconográficos, doc. 68, Torre do Tombo, referência PT-TT-MR-1-68_m0016.

Ministério do Reino, Coleção de plantas, mapas e outros documentos iconográficos, doc. 68, Torre do Tombo, referência PT-TT-MR-1-68_m0014.

Ministério do Reino, Coleção de plantas, mapas e outros documentos iconográficos, doc. 68, Torre do Tombo, referência PT-TT-MR-1-68_m0020.

Notas

- ¹ Na tese de Moura Filha (cf. MOURA FILHA, 2005: 194), sugere-se, utilizando como fonte escrituras de lote doadas ou vendidas ao Mosteiro de São Bento que, em 1612, na Rua Nova, as principais edificações existentes eram a Igreja Matriz, Casa da Câmara (na esquina), cadeia, açougue velho, Mosteiro de São Bento (em construção) e algumas residências, como as de Gaspar Gonçalves, Pedro de Lião, João de Heredia e Pedro Álvares.
- ² Também em Ministério do Reino, Coleção de plantas, mapas e outros documentos iconográficos, doc. 68, Torre do Tombo, referência PT-TT-MR-1-68_m0020.
- ³ Muito dos modelos iconográficos apresentavam semelhanças entre si, o que nos leva a questionar se não foram copiados uns dos outros, visto que muitos destes cosmógrafos sequer haviam estado na Paraíba.
- ⁴ Em registros iconográficos do final do século XVII, nos arredores deste convento será construído uma muralha, restringindo a passagem da população para esta fonte.

Recibido: 18/01/2016
Reenviado: 04/03/2016
Aceptado: 11/05/2016
Sometido a evaluación por pares anónimos